

NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5. ESTOQUE E INVESTIMENTOS
6. OUTROS ATIVOS
7. IMOBILIZADO
8. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS
9. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS
10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
13. RECEITAS OPERACIONAIS

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

SGARBOSSA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A é uma sociedade anônima fechada, tem por objeto social:

a) participação em outras sociedades, administração de bens imóveis próprios, compra e venda de imóveis próprios.

Pessoa Jurídica de direito privado, constituída em 30/01/2008 com registro na JUCESC em 04/07/2008 sob nº 42204139559, posteriormente NIRE JUCESC nº 42300033855 em 01/04/2009 (transformação em S/A) e NIRE JUCEPAR nº 41300077584 em 28/04/2009, CNPJ nº 10.187.801/0001-61 e sede na Rua Lidia Camargo Zampleri, 1438, Sala 16, bairro Tindiquera, CEP 83.708-135, Araucária, P.R

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro (comparativas) estão sendo apresentadas em Reals (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.638/2007 e a NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009 e na ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330 de 18 de março de 2011 que trata da Escrituração Contábil.

Portanto, a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do Fluxo de Caixa-Método Indireto, Demonstração do Valor Agregado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas.

Por força da Lei 11.638/2007, artigo 6º, a entidade não apresentará a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, pois a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferir a R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, e também a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS

contábeis, assim como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Regime de Escrituração

A entidade elabora suas demonstrações contábeis, exceto informações de fluxo de caixa, usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

3.1.1 Tributação:

Tributado pelo Lucro Presumido.

3.1.2 - Provisões, ativos e passivos contingentes: Nada a informar.

3.1.3 - Continuidade dos negócios: A administração da empresa, quanto à continuidade dos negócios, julga que a empresa realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno a seus sócios e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira.

3.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 - Contas a Receber de Clientes

NOTAS EXPLICATIVAS

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de imóveis em estoque, caracterizando assim o objeto social de compra e venda de imóveis próprios e locação de bens imóveis no decurso normal das atividades da Entidade e são normalmente reconhecidas ao valor faturado, em virtude de todos os recebimentos de clientes possuírem prazo inferior de recebimento a um ano, sendo classificadas no ativo circulante e mensuradas ao valor não descontado

A administração da Sociedade estima que não incorrerá em Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa e portanto não foi reconhecido nenhuma redução ao valor recuperável referente a esta rubrica.

3.4 - Estoques

Os estoques de mercadorias estão mensurados pelo custo histórico, avaliados pelo método PEPS (primeiro que entra primeiro que sai).

O custo da mercadoria vendida representa o resultado da soma do estoque inicial e das compras do período subtraindo-se o estoque final apresentado mediante inventário.

A administração declara que não apurou o valor realizável líquido (teste de recuperabilidade ou teste de *impairment*) dos estoques por não existirem indícios de estoques obsoletos ou de baixa movimentação e em virtude do resultado líquido operacional apresentar-se positivo, conforme demonstração de resultado deste exercício.

Desta forma, a mesma julga desnecessário a realização do referido teste por não atender a característica qualitativa do equilíbrio entre custo e benefício.

3.5 – Realizável a Longo Prazo

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

Os ativos e passivos de longo prazo da empresa, quando aplicável, são ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Empresa.

3.6 - Imobilizado

O imobilizado está registrado ao preço a vista na data do reconhecimento. Se o pagamento é postergado para além dos termos normais de transação a prazo, o custo é o valor presente de todos os pagamentos futuros.

A administração da empresa julga neste momento irrelevante elaborar o laudo de avaliação dos ativos da empresa conforme menciona a NBC TG 1000 em sua seção 27, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1255/2009, em função



NOTAS EXPLICATIVAS

dos custos com elaboração não justificarem os benefícios esperados, levando em consideração que não existem indícios de desvalorização de seus ativos em virtude que os seus respectivos valores contábeis não estão afetando negativamente a posição patrimonial da empresa e portanto não efetuou a aplicação do custo atribuído assim como não elaborou o laudo do teste de recuperabilidade para os bens classificados no ativo imobilizado da empresa.

A depreciação dos ativos imobilizados é realizada pelo método linear com base nas estimativas de vidas úteis aplicadas nos exercícios anteriores, que se deu em função da ausência do laudo de avaliação, não elaborado pela administração da sociedade julgar irrelevante ao vislumbrar que os custos com a elaboração seriam superiores aos benefícios esperados.



NOTAS EXPLICATIVAS

que a entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício, e para as parcelas vincendas com prazo superior a 12 meses, os empréstimos são classificados no passivo não circulante.

3.9 - Receitas e Despesas

A Empresa SGARBOSSA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A tem como prática a adoção do Regime de Competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como, o reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. Para efeitos tributários, a adoção é do Regime de Caixa para suas receitas.

3.10 Medida Provisória 627/2013

A administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013. Mesmo levando em consideração a possibilidade de antecipar a opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de Janeiro de 2014, a Administração não efetuará a opção pela adoção antecipada, baseada na avaliação de que não foram distribuídos dividendos e lucros em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3.11 Eventos subsequentes:

Não existem eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5. ESTOQUE E INVESTIMENTOS
6. OUTROS ATIVOS
7. IMOBILIZADO
8. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS
9. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

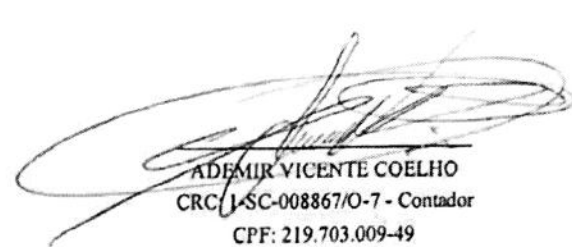


NOTAS EXPLICATIVAS

- 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
- 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
- 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 13. RECEITAS OPERACIONAIS



CAROLINE LOUISE SGARBOSSA
Diretora Presidente
CPF: 036.172.269-90



ADEMIR VICENTE COELHO
CRC 1-SC-008867/O-7 - Contador
CPF: 219.703.009-49